

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 492.822 - PB (2019/0039111-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : SEVERINO DOS RAMOS LEITE DA SILVA
ADVOGADO : ERIBERTO DA COSTA NEVES - PB012010
AGRAVADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. *WRIT* INDEFERIDO LIMINARMENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA NO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE INDEFERIU O PROCESSAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. PEDIDO DE ADIAMENTO DA SESSÃO DE JULGAMENTO NÃO ANALISADO. REVISÃO INTERPOSTA 6 ANOS APÓS O JULGAMENTO. PRECLUSÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido da necessidade de interposição de agravo interno contra a decisão monocrática do relator no Tribunal de segundo grau que indefere o processamento de revisão criminal, sob pena do *writ* aqui impetrado não ser conhecido em razão da supressão de instância.

2. Nos termos do art. 571, inciso VIII do Código de Processo Penal – CPP, as nulidade ocorridas em sessão de julgamento de tribunal devem ser arguidas logo após ocorrem, sob pena de preclusão. A suposta nulidade ocorreu por ocasião do julgamento da apelação interposta pelo Ministério Público contra a sentença de impronúncia, sendo certo que até a condenação, a defesa teve várias oportunidades para se manifestar e não o fez. Destaque-se que a ação revisional foi impetrada quase seis anos depois da sessão de julgamento que pretende anular. Desse modo, de rigor o reconhecimento da preclusão da matéria.

3. Agravo regimental no *habeas corpus* desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de março de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

